

ANEXO Nº 07

Relato da Câmara Técnica de Assuntos Internacionais

43ª Reunião Ordinária do CNDM

Brasília, 16 de junho de 2015.

Local: Sala 122 da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Conselheiras Presentes:

1. **Lourdes Andrade Simões/MMM - Presidenta**
2. **Jeanete Assad Mazzeiro/FMM**
3. **Ivânia Pereira da Silva Teles/CTB**
4. **Observadora/MRE: Laura Berdine Santos Delamonica**

Ausências Justificadas:

1. **Alessandra da Costa Lunas/CONTAG**
2. **Claudia Vasques/Assessora Internacional da SPM**

PAUTA E DELIBERAÇÕES:

01- Informe da Assessora Internacional da SPM Claudia Vasques sobre agendas e compromissos internacionais da SPM.

Em função de solicitação da Ministra Eleonora para que a assessora internacional Claudia a representasse em outra agenda no momento da reunião, este ponto de pauta foi transferido para outro momento, onde a assessora internacional nos apresentou brevemente um texto de Informes das ações e compromissos da SPM em âmbito internacional e um calendário de eventos internacionais da SPM, que seguem em anexo 1 e 2.

Devido ao curto espaço de tempo para discussão destes ficamos de retomar este debate da agenda internacional e seus desdobramentos na próxima reunião da CTAI em agosto.

02- Informe sobre a 59ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher – CSW:

A Conselheira Jeanete participou na delegação juntamente com a Linda e Claudia/SPM e o Embaixador Patriota e fez breve relato.

A abertura da CSW foi um momento muito marcante pela participação ativa das mulheres na Marcha das Mulheres que ocupou as ruas.

A presença da SPM foi importante em especial através do documento do Brasil apresentado pela Linda que abordava a questão da violência e seu enfrentamento, dialogando sobre as iniciativas brasileiras que se concretizam neste enfrentamento como é o caso da Casa da Mulher Brasileira e a Lei do Feminicídio assinado em Março pela Presidenta Dilma.

Destacou-se durante a realização da CSW a presença de um grupo de 300 mulheres da América Latina, organizadas e pressionando em relação ao necessário avanço das pautas das mulheres em especial na questão dos direitos reprodutivos. Importante registrar o discurso crítico apresentado pelo Brasil e Equador em relação à pauta da CSW, sobre a necessária urgência de abordar questões relativas à vida e saúde das mulheres (direitos reprodutivos, HIV e outros)

Ao final foram feitas algumas considerações constando que as pautas de debate foram bastante fechadas o que de certa maneira impossibilitou o debate mesmo considerando que o momento atual não permite espaço para avanços e sim um processo de buscar garantir os acordos já firmados para evitar retrocessos.

Na próxima Sessão - 60ª da CSW, o Brasil assume a presidência, o que poderá representar uma possibilidade de propor avanços importantes para as pautas dos direitos das mulheres, este é um debate a ser feito dentro de uma estratégia que possa incorporar novas demandas das mulheres.

03- Informe sobre a Conferência Global "Mulheres, Erradicação da Pobreza e Inclusão Social: de Pequim ao Pós-2015", realizada em Buenos Aires, de 6 a 8 de maio de 2015.

A Conselheira Laura Delamonica apresentou os objetivos da Conferência sobre a avaliação e progresso alcançados em relação à inclusão social e erradicação da pobreza do ponto de vista de gênero, e a proposta de identificar desafios para o desenvolvimento das mulheres no contexto do debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Relato segue em anexo 3.

04- Informe sobre a 42ª Cúpula das Américas no Panamá / Cúpula dos Povos: A abertura do Foro da Sociedade Civil da VII Cúpula das Américas, com a presença de representante da OEA e do presidente do Panamá demarcou diferentes pontos de vista sobre desenvolvimento e integração. A presença de Cuba que pela primeira vez participa deste espaço foi muito importante.

A tônica dos discursos nesta Mesa foi sobre a “busca de diálogo” entre as nações para consolidação da democracia centrada na afirmação da importância do papel da sociedade civil na construção da democracia e do bem estar da população, como possibilidade de estabelecer um diálogo com o estado sobre suas demandas. Mas a maior contribuição veio da Mexicana Alicia Bárcena, Secretária Executiva da Cepal que enfocou o momento atual de desaceleração da economia, da fragilidade do atual modelo de democracia que não enfrenta a desigualdade social e da necessidade de aprofundamento da integração latino americana para este enfrentamento, apresentando dados sobre o quanto nosso continente é marcado por desigualdades, em especial a situação de falta de autonomia econômica para as mulheres que são a maioria, e apontou a necessidade de enfrentar como política

de estado a situação das mulheres no mercado de trabalho e no trabalho de reprodução da vida.

No âmbito da Cúpula dos Povos a Mesa sobre Gênero e Identidade apresentou um debate sobre a situação das mulheres e a urgência de romper com os mecanismos de controle do corpo e vida das mulheres que a sociedade patriarcal impõe, expressa na declaração que foi produzida e que segue em anexo 4.

05- Proposta de compartilhar documentos internacionais com demais conselheiras para informação mas especialmente para que possamos fazer debate sobre ações da SPM em relação aos desafios impostos pelos avanços do conservadorismo que atinge em especial as mulheres.

Obs.: A Assessora Internacional da SPM: Claudia Vasques, não pôde participar da reunião da CT de Assuntos Internacionais, porque estava representando a Ministra Eleonora Menicucci em uma reunião externa, mas no horário de almoço se reuniu com todas as integrantes da Câmara para esclarecimentos dos assuntos tratados na reunião.

INFORME PARA O CNDM

1. 8ª RMAAM – será realizada entre 6 e 8 de julho, no Itamaraty, em Brasília. A pauta versará sobre as Diretrizes de igualdade de gênero do MERCOSUL (implementação, planos de ação e internalização legislativa), panorama de participação política das mulheres no MERCOSUL e avanços e desafios das políticas de enfrentamento à violência e inclusão produtiva.
2. PARCERIA COM O BANCO MUNDIAL – a Ministra reuniu-se com o Diretor operacional do Banco Mundial no Brasil, Sr. Bóris Utria, com vistas a estabelecer mecanismos de parceria. O Diretor do Banco identificou as áreas de infraestrutura e desenvolvimento institucional como focos para os projetos de financiamento da parceria. Inicialmente, ficou acertada doação para as brinquedotecas e alojamentos de passagem das Casas da Mulher Brasileira já em funcionamento. Os projetos futuros deverão fortalecer o programa Mulher - Viver sem Violência.
3. ASSEMBLÉIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS – A Diretora da ONU-Mulheres para o Brasil, Nadine Gasman e a Ministra reuniram-se para discutir o fortalecimento das posições progressistas na área de gênero em foros internacionais. Com o apoio do Governo britânico, decidiram organizar evento paralelo, com participação da Presidenta Dilma, à margem da 70ª Assembleia Geral da ONU (15 a 28 de setembro) para debater os ODS relativos a gênero.
4. ElesporElas – HeforShe – Movimento de Solidariedade das Nações Unidas pela Igualdade de Gênero – Em 25 de junho, a Ministra lançará o movimento em âmbito nacional no Paraná, em Itaipu Binacional, com a presença da Ministra de Políticas para as Mulheres do Paraguai, Ana Maria Baiardi.
5. W-20 - A Presidência turca do G-20 (que vigorará até dezembro de 2015) informou sobre a criação de grupo específico sobre mulheres no âmbito do agrupamento, intitulado Women-20 (W20). O G20 está comprometido em alcançar um crescimento forte, equilibrado e sustentável, e essa meta deve abranger também políticas inclusivas de gênero, voltadas para o desenvolvimento econômico e o empoderamento das mulheres. Para compor a representação brasileira nesse novo grupo, foram indicadas Betânia Ávila, Vera Soares e Bila Sorj.

CALENDÁRIO DE EVENTOS INTERNACIONAIS DA SPM			OBSERVAÇÕES
EVENTO	PERÍODO e LOCAL	PARTICIPAÇÃO	
Comitê Diretor da Comissão Interamericana de Mulheres - CIM	28 de fevereiro a 10 de março, em Washington;	Não houve representação da SPM, pois o Brasil não está entre os Estados que ora compõem o Comitê.	
59ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher - CSW	9 a 20 de março, na Sede das Nações Unidas, em Nova York;	Chefiou a Delegação a Secretária Executiva da SPM, Linda Goulart, acompanhada pela chefe da Assessoria Internacional. Em seguida, a SPM foi representada pela Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, Tatiana Godinho.	
UNASUL – Reunião para Definição de Indicadores de Gênero	26 e 27 de março, em Quito;	SPM se fez representar em nível técnico, por integrante do Observatório, Camila Firmão.	
48ª Sessão da CPD - Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento	13 a 17 de abril, em Nova York	SPM foi representada por Sonia Malheiros.	
Cúpula Global de Mulheres (Global Summit of Women)	14 a 16 de maio, em São Paulo;	A Ministra Eleonora Menicucci compareceu à abertura do evento.	
RMAAM - 6ª Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do Mercosul	Marcada para 6, 7 e 8 de julho, em Brasília;		
Mesa Diretora da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento - CRPD	Prevista para julho, no Chile;	Ainda sem definição da delegação.	
Foro Hemisférico Belém do Pará + 20	Cancelado		
2ª CRPD - da Conferência Regional sobre População e Desenvolvimento	Prevista para outubro, no México;	Ainda sem definição da delegação.	

Informe sobre a Conferência Global "Mulheres, Erradicação da Pobreza e Inclusão Social: de Pequim ao Pós-2015", realizada em Buenos Aires, de 6 a 8 de maio de 2015.

O encontro teve por objetivo avaliar o progresso alcançado na área de inclusão social e erradicação da pobreza do ponto de vista de gênero, e identificar desafios para o pleno desenvolvimento das mulheres, no contexto do debate sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Tanto pela efeméride dos 20 anos da Declaração de Pequim e da Plataforma de Ação, como pela expectativa com referência aos ODS, o ano de 2015 foi reiteradamente apontado durante o evento como estratégico para a área de gênero. O Governo brasileiro esteve representado pela Secretária de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Rosali Scalabrin, que foi acompanhada por diplomata da Embaixada do Brasil em Buenos Aires.

A abertura contou com palavras da Administradora do PNUD, Helen Clark; da Ministra do Desenvolvimento Social, Alicia Kirchner; e da Diretora Executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka. Helen Clark destacou, entre os avanços conquistados, que 50% da força de trabalho feminina já tem empregos pagos (um aumento de 40% nos últimos 20 anos) e reconheceu melhorias nas taxas de educação, expectativa de vida e participação política das mulheres. Observou, contudo, com relação a esse último ponto, que o índice mundial ainda está longe dos 30% estabelecidos nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, apesar de haver dobrado desde 1995 (de 11,3% para 22,1%). Sublinhou, nesse contexto, que a América Latina é a região com maior proporção de mulheres parlamentares (25,9%). Afirmou que, desde que a Argentina adotou, em 1991, sistema de quotas em eleições parlamentares, outros onze países da região fizeram o mesmo. Destacou, contudo, a persistência de outros indicadores preocupantes: mais de 1,2 bilhão de mulheres e homens no mundo em extrema pobreza; brecha salarial entre homens e mulheres pelo desempenho de igual atividade, atualmente em 24%; e alta mortalidade materna, especialmente nas áreas rurais.

A Administradora do PNUD referiu-se, ainda, ao conceito de "time poverty", identificado como a falta de tempo que as mulheres têm para capacitar-se e dedicar-se ao progresso profissional, em função do desempenho de atividades não-remuneradas ("women carry a disproportionate burden of unpaid care work, which deprives them of the time needed for jobs and livelihoods, education and skills training, and participating in public life"). Segundo Clark, diversos países na América Latina estão desenvolvendo e adotando medidas multi-dimensionais de combate à pobreza que integram o conceito de "time poverty", a fim de identificar o fenômeno, reconhecê-lo como um problema e adotar medidas para combatê-lo. Essa questão será abordada pelo Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, a ser lançado em 2015, sob o título "Rethinking Work for Human Development".

A Ministra Alicia Kirchner ressaltou o papel protagonístico das mulheres na vida social argentina, desde as guerras de independência, passando pela luta contra a ditadura, até o presente, em que a líder máxima do Poder Executivo é uma mulher. Afirmou que, desde 2003, promoveu-se uma mudança de paradigma no país: "o Governo argentino prioriza desendividamento econômico e político, no âmbito interno e externo, e interpreta despesas na área social não como gastos, mas como investimentos". Avaliou que, após 12 anos trabalhando sob esse viés, já é possível ir além de aspirações minimalistas de garantir coberturas básicas. Citou, dentre as conquistas no país, as leis de tráfico de pessoas, de

feminicídio e de proteção integral à infância e à adolescência e o programa "Asignación por Hijo".

A Diretora Executiva da ONU Mulheres afirmou que a Declaração de Pequim e a Plataforma de Ação foram instrumentos importantes para avançar a promoção da equidade de gênero, mas observou que o progresso tem sido lento e desigual e que nenhum país no mundo completou esse processo. Entre as questões pendentes, citou (i) concentração de mulheres no setor informal (mais de $\frac{3}{4}$ da força de trabalho feminina); (ii) desproporcional distribuição do trabalho não-remunerado entre homens e mulheres (à razão de 2,5); (iii) práticas culturais como o casamento de crianças (25% das mulheres casa-se antes dos 18 anos), costume observado especialmente no Sul da Ásia; (iv) existência de leis discriminatórias, identificadas em 128 países; (v) exposição a assédio sexual (mais de $\frac{3}{4}$ de mulheres em cargos de direção na UE já sofreram algum tipo de assédio sexual no ambiente de trabalho) e violência doméstica (fora do ambiente de trabalho, as mulheres sofrem o que a OMS chama de "epidemia global de violência"), apesar de serem práticas criminalizadas em pelo menos 125 países.

Phumzile Mlambo-Ngcuka avaliou que, a fim de combater a pobreza entre as mulheres e promover inclusão social, é necessário combater as causas estruturais da desigualdade e da pobreza, por meio de medidas legais que assegurem direitos, acompanhadas por maior representatividade política de fato e investimento adequado em infraestrutura e serviços sociais, incluídos educação, energia, saúde, água e saneamento. Lembrou, por fim, o papel da sociedade civil como vigilante ("watch dogs"), a fim de manter os direitos femininos como prioridade da agenda mundial e lembrar os cidadãos de sua missão de demandar mudança.

Laura Delamonica
Terceira Secretária
Divisão de Temas Sociais
Ministério das Relações Exteriores

Declaratoria Mesa Género e identidad/Cumbre de los Pueblos

Reunidos y reunidos en la ciudad de Panamá movimientos sociales de América Latina reconocemos que las luchas es contra el sistema patriarcal, capitalista, neoliberal, colonial, transnacional que oprime a las mujeres, a los hombres y la naturaleza por eso manifestamos que:

Las organizaciones sociales tenemos la responsabilidad política e histórica de consolidar hoy un movimiento latino americano de lucha contra el sistema patriarcal con estrategias claras que vayan más allá de las simples declaraciones.

Proclamamos la soberanía sobre nuestros cuerpos y nuestras mentes como base de la expresión soberana de nuestros pueblos y nos comprometemos en la descolonización de nuestros cuerpos, nuestra sexualidad y nuestros territorios.

Exigimos a los Estados, políticas públicas con recursos para eliminar todas las formas de discriminación y violencia contra las mujeres y contra grupos minoritarios. Exigimos que el movimiento social sindical popular se comprometa con acabar con la violencia hacia las mujeres que es una violencia estructural. No vamos a acabar con el capitalismo si no acabamos con la violencia hacia las mujeres.

Exigimos a los gobiernos que los crímenes hacia las mujeres sean tipificados como Femicidios y que los medios de comunicación no los asuman como crímenes pasionales. Al igual que sean tipificados como crímenes de odio los crímenes cometidos por homofobia y transfobia. ¡En la sociedad machista a las mujeres nos matan por ser mujeres!

Exigimos que los movimientos sociales se comprometan efectivamente con la despatriarcalización interna de las estructuras organizativas y logren la despatriarcalización de los Estados.

Exigimos el reconocimiento y la valoración del trabajo productivo y reproductivo de las mujeres del área rural y urbana en el producto interno bruto de los países.

Los movimientos sociales, sindicales y los pueblos tienen que comprometerse en adoptar un lenguaje inclusivo que deje de invisibilizar a las mujeres.

Demandamos a los gobiernos el respeto de la orientación sexual diversa e identidad de género (LGBTI), sensibilizando a la sociedad para la inclusión plena.

Los gobiernos y los movimientos sociales deben comprometerse en lograr la igualdad laboral y sindical de las mujeres garantizando su acceso a los espacios de decisión.

Los Estados y los movimientos sociales deben garantizar paridad, alternancia y secuencia para llegar a la igualdad de oportunidades entre hombres y mujeres.

Los Estados, las organizaciones sociales y políticas deben construir y garantizar una educación con perspectiva de género y su diversidad desde los niveles elementales como parte de la lucha contra el patriarcado y el machismo.

Los gobiernos de la región deben consolidar programas de salud especializados para diversidades sexuales y de género.